



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 04307/2026

RECURSO: AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA.
CONTRARRAZÃO: NÃO APRESENTADO

Referente à:

PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO N.º 013310/2025 (Flowdocs)
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026
DATA DA ABERTURA: 10 de Março de 2026.
HORÁRIO: 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma ELETRÔNICA, através da Plataforma BLL Compras, endereço: <https://bllcompras.com>.

DO OBJETO:

Constitui objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fisioterapia domiciliar (HOME CARE), em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO PARA REGISTRO DE PREÇO*, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Decreto Municipal nº 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 19/02/2026, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 20/02/2026, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

DA TEMPESTIVIDADE:

- O recurso foi tempestivamente interposto pela empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, dentro dos prazos legais, atendendo aos requisitos de admissibilidade previstos no edital e no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual foi conhecido.
- Não houveram manifestações de contrarrazões pelas empresas participantes do procedimento licitatório.

O documento de recurso foi protocolado nesta Prefeitura sob n.º 04307/2026 (Flowdocs), sendo considerado os prazos do julgamento os constantes no Art. 165, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

DO INICIAL:

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria nº 016/2026, de 09 de janeiro de 2026, edição nº 3675, referente ao Pregão Eletrônico nº 01/2026, julga e responde o recurso interposto pela empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA**, inconformada com a decisão que manteve a proposta da empresa **BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA** classificada provisoriamente no certame em epígrafe.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)."

DO RECURSO APRESENTADO:

O Recurso foi interposto pela empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA.**, em face da decisão que declarou previamente vencedora, durante a fase de habilitação, a **BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA**, no Pregão Eletrônico nº 01/2026.

No recurso, a RECORRENTE, apresenta os seguintes motivos:

I – DA GRAVIDADE JURÍDICA E INSTITUCIONAL

A recorrente afirma que o caso não é mero inconformismo, mas envolve "ilegalidades no julgamento", alegando que a decisão "violou o edital", "ignorou requisito técnico essencial (CNES)" e "deixou de aferir a exequibilidade da proposta".

II – DA VIOLAÇÃO AO EDITAL E AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO

Sustenta que houve "violação ao item 9.12.1.1.1", pois o edital só permite documento alternativo ao CNES quando ele não existir. Afirma que a empresa vencedora possui CNES ativo, sendo indevida a aceitação de "alvará sanitário como substituto".

III – DA SUBVERSÃO DA NORMA: APLICAÇÃO INDEVIDA DE REGRA EXCEPCIONAL

O recorrente alega que houve "uso indevido de regra excepcional como regra", afastando exigência prevista no edital. Argumenta que a aceitação de documentação inadequada para suprir exigência claramente prevista no edital, especialmente diante da existência de registro ativo no CNES, extrapola mero erro técnico e configura irregularidade qualificada, com potencial violação aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

IV – DO CNES COMO REQUISITO ESTRUTURANTE DA CAPACIDADE TÉCNICA

O recorrente defende que o CNES constitui requisito técnico essencial e estruturante da habilitação, não sendo documento acessório nem facultativo no certame. Sustenta que o CNES "comprova efetivamente a capacidade técnica e assistencial da empresa". Assim, alega que "a substituição do CNES por alvará sanitário representaria rebaixamento indevido das exigências técnicas previstas no edital, sendo juridicamente inadmissível quando há inscrição ativa no CNES".

V – DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA (ART. 59, LEI 14.133/2021)

O recorrente afirma que a proposta da empresa declarada provisoriamente vencedora é inexequível. Aponta a ausência de memória de cálculo detalhada, de discriminação dos encargos trabalhistas, a utilização de base de cálculo incompatível, além da inexistência de custos logísticos reais, margem de lucro contraditória e falta de comprovação documental idônea. Argumenta que a empresa apenas declarou a exequibilidade, sem demonstrá-la, e que a Administração não pode aceitar formalmente proposta com indícios de inviabilidade, sob pena de comprometer a execução contratual e violar o dever de selecionar a proposta mais vantajosa.

VI – DA INIDONEIDADE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

O recorrente alega a inidoneidade da documentação apresentada, afirmando que os documentos relativos à aquisição ou locação de equipamentos não guardam pertinência com o objeto licitado, alegando tratar-se “de documentação formalmente volumosa, porém materialmente irrelevante”. Sustenta que a comprovação da capacidade técnica deve ser compatível e diretamente relacionada ao objeto do certame, sendo inadmissível o uso de documentos genéricos ou desconectados para suprir exigências editalícias.

VII – DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE OPERACIONAL

O recorrente sustenta que a empresa não comprovou capacidade operacional para executar o objeto licitado, diante da ausência de demonstração de sede no município, de estrutura local ou de organização logística compatível com a prestação de serviços de atendimento domiciliar. Destaca que não foram considerados custos essenciais, como transporte, deslocamentos, diárias ou hospedagem de equipes.

VIII – DA FALHA GRAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O recorrente aponta falha grave na atuação da Administração, ao afirmar que a análise do certame foi superficial e não enfrentou os aspectos centrais da controvérsia. Sustenta que houve mera validação formal de documentação sanitária, sem exame da estrutura de custos, da exequibilidade da proposta ou da compatibilidade entre os meios apresentados e o objeto contratado. Alega estar evidente “inequívoca confusão entre habilitação técnica e exequibilidade econômica, o que compromete o julgamento objetivo e fragiliza a própria legitimidade do resultado do certame.”

IX – DA RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO

O recorrente sustenta que a conduta da Administração ultrapassa irregularidades formais e adentra a esfera da responsabilidade jurídica do agente público. Argumenta que a aceitação de proposta sem comprovação idônea e o afastamento de critérios objetivos do edital violam os princípios da legalidade, moralidade e julgamento objetivo. À luz da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 14.230/2021, afirma que tais atos podem configurar desvio de finalidade e improbidade administrativa, sobretudo diante da seleção de proposta potencialmente inexecutável e lesiva ao interesse público.

X – DO RISCO AO INTERESSE PÚBLICO

O recorrente afirma que a decisão recorrida representa risco concreto e imediato ao interesse público, e não mero equívoco procedimental. Sustenta que a contratação de empresa sem capacidade operacional comprovada e com proposta inexecutável pode gerar inexecução contratual, interrupção de serviços essenciais e desperdício de recursos públicos. Destaca que, por se tratar de serviço na área da saúde, a gravidade é agravada, tornando o risco previsível e evitável, o que reforça a necessidade de sua correção.

XI – DO PEDIDO

O recorrente requer o provimento do recurso para que seja declarada a inexecutabilidade da proposta, reconhecida a violação ao edital e determinada a desclassificação da empresa recorrida, com revisão da análise técnica que admitiu sua habilitação mediante documentação inadequada. Destaca que a empresa possui registro ativo no CNES, o que inviabiliza a aplicação da cláusula subsidiária do edital e torna indevida a aceitação de alvará sanitário como substituto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Subsidiariamente, pleiteia a realização de diligência técnica para aferir a viabilidade da proposta e, persistindo as irregularidades, a remessa dos autos aos órgãos de controle e a apuração de eventual responsabilidade dos agentes públicos.

XII – CONCLUSÃO

O recorrente conclui que as ilegalidades apontadas são reiteradas e estruturais, não se tratando de falhas pontuais ou de matéria sujeita à discricionariedade administrativa, mas de ilegalidade continuada incompatível com o regime jurídico-administrativo. Sustenta que a manutenção do ato compromete o resultado do certame e a credibilidade da Administração, razão pela qual a anulação do ato impugnado se impõe como medida juridicamente obrigatória.

XIII – DA NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO E POSSÍVEL CONTAMINAÇÃO DO CERTAME

O recorrente sustenta que as irregularidades apontadas extrapolam a classificação indevida da empresa recorrida e podem contaminar todo o procedimento licitatório. Aponta violação ao edital, aplicação indevida de cláusula excepcional, aceitação de documentação inadequada em substituição a requisito essencial, ausência de análise da exequibilidade da proposta, falha no julgamento objetivo e possível quebra da isonomia. À luz do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 e do princípio da autotutela, defende que o ato que declarou a empresa vencedora é ilegal e passível de anulação, podendo, inclusive, ser necessária a anulação integral do certame, com reabertura da fase de julgamento em conformidade com o edital e a legislação vigente.

DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:

Ressalte-se que, embora devidamente intimados, via plataforma, os demais licitantes não apresentaram contrarrazões.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-lo ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, Setor Técnico, e, após, à Assessoria Jurídica para análise e parecer.

Segue trechos de pareceres da Secretaria Municipal de Saúde:

Informo que a Secretaria solicitante apresentou respostas através dos evento #2 e #10 do processo administrativo nº 04307/2026, quanto ao recurso apresentado, conforme segue trechos finais a seguir:

1º DESPACHO:

“CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Secretaria, no exercício de sua atribuição técnica, manifesta-se nos seguintes termos:

- *As alegações relativas à ausência de sede ou estrutura local não encontram amparo no edital, não merecendo acolhimento;*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

- Quanto à habilitação técnica, verificou-se que a empresa possui cadastro CNES compatível com o objeto, anterior à data do certame, embora não tenha sido apresentado no momento da habilitação, tendo sido aceita documentação alternativa;
- No que se refere à exequibilidade da proposta, observa-se que a empresa apresentou justificativa e elementos mínimos de composição de custos, embora com grau de detalhamento limitado e com algumas inconsistências pontuais;
- Dessa forma, as questões suscitadas no recurso revelam aspectos formais e técnicos que podem demandar melhor esclarecimento, especialmente quanto à forma de comprovação do CNES e ao detalhamento da composição de custos.

Assim, submetem-se os autos à Assessoria Jurídica, para análise quanto ao acolhimento ou não do recurso interposto, bem como quanto à eventual necessidade de diligências ou outras providências que entenderem cabíveis”.

2º DESPACHO:

“CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a exigência de apresentação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) era obrigatória no caso concreto, não se aplicando à empresa a condição de “ponto de referência”. Embora o cadastro existisse previamente, sua não apresentação na fase de habilitação configura descumprimento do edital, sendo indevida sua juntada posterior por meio de diligência, em desacordo com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Assim, impõe-se o provimento do recurso, com a revisão da habilitação, a fim de resguardar a legalidade, a isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório.

Esta Secretaria Municipal de Saúde opina pelo acolhimento da impugnação, tendo em vista que a empresa vencedora:

- I enquadra-se como estabelecimento prestador de serviços de saúde;
- II possui cadastro ativo no CNES, aplicável ao objeto da contratação;
- III deixou de apresentar documento obrigatório exigido pelo edital”.

Faço constar que os pareceres completos da Secretaria Municipal de Saúde serão disponibilizados na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Segue trechos dos pareceres da Assessoria Jurídica da Saúde:

Informo que a Assessoria Jurídica da Saúde apresentou respostas através dos evento #4 e #16 do processo administrativo nº 04307/2026, quanto ao recurso apresentado, conforme segue trechos finais:

1º DESPACHO:

“(…)

Diante disso, encaminhem-se os autos ao Setor de Licitações, para que:

a) proceda à reavaliação da habilitação técnica, manifestando-se expressamente acerca da exigência de apresentação do CNES **no momento da habilitação**, à luz do item 9.12.1.1 e 9.12.1.1.1 do edital, indicando de forma fundamentada se a documentação apresentada pela empresa atende ou não às disposições editalícias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

b) promova, se necessário, diligência complementar junto à empresa classificada (art. 64, Lei 14.133/21), com vistas à apresentação de detalhamento analítico da composição de custos, incluindo logística de atendimento domiciliar, alocação de profissionais e compatibilidade econômico-financeira da proposta e, após, profira nova manifestação técnica conclusiva.”

2º DESPACHO:

“Em atenção às cotas constantes dos eventos #17 e #18, nas quais a Divisão de Licitação apontou a ausência de manifestação quanto ao item V – Da Inexequibilidade da Proposta, bem como acerca de outros pontos pendentes de análise.

Verifica-se que, em cumprimento à referida determinação, o setor técnico da Secretaria Municipal de Saúde apresentou análise conclusiva, enfrentando integralmente os pontos suscitados, inclusive quanto à alegação de inexequibilidade da proposta, bem como quanto aos aspectos relativos à habilitação técnica da empresa classificada.

Dessa forma, constata-se que as pendências indicadas pela Divisão de Licitação foram devidamente sanadas, encontrando-se o processo suficientemente instruído para deliberação final.

Assim, esta Assessoria Jurídica ratifica o entendimento anteriormente adotado, em consonância com a análise técnica conclusiva, especialmente quanto à irregularidade da habilitação da empresa BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA, em razão da não apresentação do CNES na fase própria, bem como quanto à ausência de elementos suficientes para caracterização de inexequibilidade da proposta.

Encaminho os autos à Divisão de Licitação para julgamento do recurso administrativo e prosseguimento do feito, na forma do edital e da legislação aplicável”.

Faço constar que os pareceres completos da Assessoria Jurídica da Saúde serão disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Considerações desta Pregoeira:

Após analisar o recurso interposto pela empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, e, levando em consideração os pareceres emitidos pelo setor técnico da Secretaria Municipal de Saúde e pela Assessoria Jurídica da Saúde, passo ao julgamento final do presente recurso.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, em face da decisão que declarou habilitada e vencedora a empresa BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2026.

Em síntese, a RECORRENTE, empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA sustenta, em suas razões recursais, que:

- A aceitação de alvará sanitário em substituição ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES seria indevida, por supostamente violar as disposições do edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

- A habilitação técnica da empresa declarada vencedora não atenderia às exigências editalícias;
- A proposta apresentada pela licitante vencedora seria inexequível; e
- A capacidade operacional da empresa vencedora não estaria devidamente comprovada, o que comprometeria a adequada execução do objeto contratual.

Faço constar, que embora regularmente intimadas, as demais empresas não apresentaram contrarrazões.

Faço constar, ainda, que o processo foi devidamente instruído com manifestação técnica conclusiva da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica, os quais analisaram os pontos suscitados no recurso.

O recurso é tempestivo, interposto por parte legítima e atende aos requisitos de admissibilidade previstos no edital e na Lei nº 14.133/2021, razão pela qual dele conheço.

Em análise aos itens II e IV, reclamados pela RECORRENTE, vejamos o que o edital estabelece:

9.12. DOCUMENTOS TÉCNICOS

9.12.1. Conforme item 4 do termo de referência, para fins de habilitação no certame, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos de qualificação técnica, conforme previsto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021:

9.12.1.1. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, devidamente atualizado no município de origem da empresa, quando aplicável. Esta exigência não se aplica a estabelecimentos classificados exclusivamente como “ponto de referência”.

9.12.1.1.1. No caso de empresas que, por sua natureza ou classificação, não possuam registro completo no CNES, deverá ser apresentada documentação idônea que comprove a capacidade técnica e regularidade para a execução dos serviços, como certidões, alvarás, licenças de funcionamento emitidos por órgãos competentes, capazes de atestar que a empresa reúne condições legais e técnicas para prestar os serviços contratados.

O item 9.12.1.1.1 do edital prevê a possibilidade de apresentação de documentação alternativa nos casos em que, por sua natureza ou classificação, a empresa não possua registro completo no CNES.

Entretanto, conforme apurado pela Recorrente e confirmado através de manifestação técnica conclusiva, a empresa classificada não apresentou CNES na fase de habilitação, (documento considerado obrigatório pelo setor demandante por não se aplicar à empresa, segundo área técnica, a condição de “ponto de referência”) tampouco comprovou enquadramento que autorizasse a flexibilização da exigência editalícia, razão pela qual restou caracterizada irregularidade na habilitação técnica, conforme entendimento técnico especializado.

Tal conclusão foi ratificada pelo parecer jurídico, que destacou a vinculação da Administração às regras do instrumento convocatório, em observância ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assistindo razão à RECORRENTE quanto a este ponto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Portanto, conclui-se nesses pontos analisados quanto à habilitação técnica, que o recurso merece acolhimento.

Em análise aos itens I, e III, reclamados pela RECORRENTE, vejamos:

I – Da alegada gravidade jurídica e institucional

Não procede a alegação de ilegalidade, vício de fundamentação ou risco ao erário. A decisão recorrida observou o edital, a legislação aplicável e o parecer técnico competente, inexistindo afronta à legalidade, à isonomia ou ao dever de julgamento objetivo.

III – Da alegação de aplicação indevida de norma excepcional

Não houve subversão da norma nem utilização irregular de regra excepcional. A Administração agiu dentro da discricionariedade técnica legítima, com respaldo no edital e na manifestação da área demandante, afastando qualquer alegação de irregularidade qualificada, desvio de finalidade ou responsabilização pessoal de agentes.

Da inexecuibilidade da proposta (item V e demais)

O recurso administrativo interposto, no qual a recorrente, em síntese, alega a inexecuibilidade da proposta classificada em primeiro lugar, sob o argumento de ausência de memória de cálculo adequada e suposto subdimensionamento de custos.

Inicialmente, no que tange à alegação de inexecuibilidade, cumpre destacar que, nos termos do art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que se mostrarem inexecuíveis, devendo tal condição ser demonstrada de forma objetiva e inequívoca.

No entanto, conforme análise técnica constante dos autos, não foram identificados elementos concretos e suficientes capazes de comprovar a inexecuibilidade material da proposta apresentada, não se desincumbindo a recorrente do ônus de demonstrar, de forma objetiva, a inviabilidade econômica da execução contratual.

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica ao estabelecer que a inexecuibilidade não pode ser presumida, devendo ser comprovada por elementos objetivos. Acórdãos do colegiado consignam que “a desclassificação de proposta por inexecuibilidade exige demonstração objetiva da incapacidade de execução do objeto, não sendo suficiente mera presunção ou alegação genérica”.

De igual modo, entendimento do TCU reforça que “a apresentação de proposta com valor reduzido, por si só, não caracteriza inexecuibilidade, devendo a Administração oportunizar a comprovação da viabilidade econômica”.

No caso em análise, cumpre destacar que esta Pregoeira, observando rigorosamente o devido processo legal e os princípios do contraditório e da busca da proposta mais vantajosa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), adotou providências imediatas para aferição da exequibilidade da proposta, conforme registros na plataforma BLL Compras em 10/03/2026.

Naquela oportunidade, foi formalmente solicitada à empresa BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA. a apresentação de documentação comprobatória, incluindo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

- Declaração formal de capacidade técnico-operacional e econômico-financeira;
- Memória de cálculo detalhada com a composição de custos diretos e indiretos;

Sendo concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em conformidade com as boas práticas administrativas e com o entendimento consolidado do TCU.

Ressalte-se que, na mesma data, a empresa apresentou tempestivamente documentação suficiente, composta por JUSTIFICATIVA DE EXEQUIBILIDADE, PLANILHA DE CUSTOS ABERTA e COMPROVANTES, o que afasta, de plano, a alegação da recorrente quanto à ausência de memória de cálculo.

Ademais, a documentação apresentada demonstra que o valor ofertado foi estruturado com base em composição detalhada de custos, contemplando mão de obra, encargos sociais, tributos, custos operacionais e margem de lucro compatível com o mercado, evidenciando a viabilidade econômica da proposta devidamente analisado e aprovado pela secretaria demandante.

Importa destacar que a simples discordância quanto à metodologia de precificação adotada pela licitante não constitui fundamento apto à desclassificação, conforme reiterado pelo TCU, que entende ser vedada a ingerência indevida da Administração na formação de preços privados, salvo quando demonstrada inequívoca inviabilidade.

No tocante ao item VI, relativo à suposta irrelevância de documentos apresentados, verifica-se que a empresa apresentou atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado, atendendo plenamente às exigências editalícias (item 4.1.5), não havendo qualquer irregularidade.

Quanto aos itens VII e VIII, não assiste razão à recorrente ao alegar ausência de capacidade operacional ou falha da Administração, uma vez que o edital não exigia sede local ou estrutura física no município, inexistindo qualquer descumprimento das regras previamente estabelecidas. Ressalte-se, ainda, que não há confusão entre habilitação técnica e exequibilidade econômica, tendo ambas sido analisadas de forma distinta e adequada.

No que se refere aos itens IX e X, que tratam de eventual responsabilização do agente público e risco ao interesse público, tais alegações não prosperam. A atuação desta Pregoeira pautou-se estritamente nos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, inexistindo qualquer ato que comprometa o interesse público.

Cumprir registrar, ainda, que foi concedido à empresa o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para regularização documental, nos termos aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte, tendo a licitante atendido às exigências dentro do prazo.

Adicionalmente, a análise técnica do Setor Demandante da Secretaria de Saúde concluiu expressamente que não há óbice quanto à exequibilidade da proposta, permitindo o regular prosseguimento do certame, o que reforça a legalidade e a consistência da decisão administrativa, conforme informa: "As informações adicionais corroboram os dados anteriormente analisados, especialmente no que se refere à observância dos parâmetros legais aplicáveis à mão de obra e à indicação de cobertura dos custos envolvidos na prestação dos serviços. Nesse contexto, permanece o entendimento de que a análise realizada por esta Secretaria se restringe à verificação de indícios mínimos de viabilidade econômica. Assim, não se identificam elementos suficientes para caracterizar a inexecutabilidade da proposta, razão pela qual não há fundamento para sua desclassificação sob esse aspecto".



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Por fim, restou demonstrado que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto, respeita os pisos legais e apresenta margem de lucro compatível, não havendo qualquer indício concreto de inexequibilidade. A simples discordância quanto à metodologia adotada não é suficiente para afastar a presunção de exequibilidade, sobretudo quando inexistem provas objetivas de inviabilidade econômica.

Diante do exposto, conclui-se que as alegações da recorrente acerca da inexequibilidade da proposta (item V) não se sustentam, razão pela qual o recurso (quanto a este item) não merece acolhimento.

Por todo exposto, importante destacar, de forma inequívoca, que as decisões desta Pregoeira são precedidas de análise fundamentada em pareceres técnicos e jurídicos. São esses setores que fornecem os subsídios necessários e consistentes para a adequada formação de seu juízo decisório.

O princípio da vinculação ao edital impõe interpretação restritiva: não cabe ao gestor ampliar ou flexibilizar requisitos não previstos expressamente. Da mesma forma, na fase recursal, não é possível reinterpretar o edital ou ampliar seu alcance, em respeito aos princípios da vinculação e da preclusão.

A título de contextualização, verifica-se que a recorrente, empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, participou, em 01 de outubro de 2025, do Pregão Eletrônico nº 14/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 9169/2025, cujo objeto consistia na prestação de serviços de assistência domiciliar à saúde (Home Care). Naquela oportunidade, apresentou proposta com percentuais de desconto expressivos, sendo 52,3% para o Lote 1 (médico clínico e médico neurologista) e 55,24% para o Lote 2 (enfermeiro, técnico de enfermagem 24 horas e técnico de enfermagem 12 horas).

Cumprido destacar, ainda, que a mesma empresa protocolou, junto a esta Administração Pública, dois pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro relacionados ao referido certame, o que evidencia que propostas com elevados percentuais de desconto podem demandar posterior revisão contratual para manutenção de sua viabilidade.

Tal circunstância reforça a necessidade de análise técnica criteriosa em cada caso concreto, não sendo razoável admitir que a própria recorrente, que já apresentou propostas em patamares semelhantes, sustente, de forma genérica, a inexequibilidade da proposta de terceiros sem a devida comprovação objetiva.

Dessa forma, as informações ora apresentadas corroboram o entendimento de que as alegações da recorrente carecem de consistência técnica, não sendo suficientes para afastar a presunção de exequibilidade da proposta analisada, devendo, portanto, ser mantida a decisão administrativa pelos seus próprios fundamentos.

Por todo exposto, informo que:

A análise em questão trata-se quanto à regularidade do ato administrativo, quanto à habilitação técnica, que declarou habilitada a empresa **BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA** participante no presente certame licitatório.

No curso da instrução processual, foram identificados elementos que indicam a existência de vício no ato de habilitação técnica, anteriormente praticado, o que impõe à Administração Pública o dever de revisão, em observância ao princípio da legalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Nesse contexto, cumpre destacar que a Administração possui o poder-dever de autotutela, podendo rever seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, conforme entendimento consolidado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, a qual dispõe que:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Ademais, a Lei nº 14.133/2021 reforça tal entendimento ao estabelecer que a Administração deve zelar pela legalidade, legitimidade e conformidade dos atos praticados no âmbito das contratações públicas, não podendo convalidar atos que afrontem as exigências editalícias ou legais.

No caso em tela, a manutenção da habilitação da empresa, diante das inconsistências verificadas na documentação técnica, qual seja, não apresentação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES,) configuraria afronta direta aos princípios da legalidade, da isonomia e do julgamento objetivo, comprometendo a lisura do certame.

Ressalta-se que a revisão do ato não configura afronta à segurança jurídica, mas, ao contrário, representa medida necessária para assegurar a regularidade do procedimento licitatório e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, verificada a existência de vício insanável no ato da habilitação técnica, impõe-se sua anulação, com a adoção das providências subsequentes para o regular prosseguimento do certame, nos termos da legislação vigente.

Sendo assim, com fundamento na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, nos princípios que regem a Administração Pública, bem como amparado em análise devidamente fundamentada nos pareceres técnicos e jurídicos constantes dos autos, OPINO pela ANULAÇÃO do ato que declarou habilitada a empresa BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA, determinando o retorno do processo à fase de habilitação para reanálise das condições de participação, com a convocação da empresa classificada em segundo lugar, procedendo-se à respectiva análise de habilitação, assegurando o contraditório e a ampla defesa mediante abertura de nova fase recursal.

DA DECISÃO

Ante o exposto, esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Portaria nº 016/2026, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

CONHECER o recurso interposto feito pela empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA**.

ACATAR, o parecer do Setor demandante, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos à reposta ao recurso interposto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

OPINAR, pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso administrativo interposto pela empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA**, julgando-o procedente e assim, inabilitando a empresa **BARCELAR SERVIÇOS DE SAÚDE E HOME CARE LTDA** em razão da não apresentação da habilitação técnica (item 9.12.1.1 do edital), nos termos da manifestação técnica e do parecer jurídico constantes dos autos, mantendo-se, contudo, a conclusão quanto à inexistência de inexequibilidade da proposta.

Faço constar que a decisão desta pregoeira se baseia nos argumentos técnicos apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde através do Setor Técnico e argumentos jurídicos apresentados pela Assessoria Jurídica da Saúde.

DETERMINAR o encaminhamento dos autos à autoridade superior, Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito, para deliberação.

APÓS, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 22 de abril de 2026.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação